

Muito obrigado, boa tarde.

Eu estou aqui a representar a *Liga para a Protecção da Natureza*, e as primeiras palavras em nome desta associação é felicitar a organização em conseguir congregar numa altura muito particular da democracia portuguesa, um conjunto de personalidades e diferentes agentes da sociedade, em torno de discutir essa mesma democracia e dar-lhe esse carácter prospectivo, de como vai ser daqui para a frente.

E estou aqui com muito honra a representar uma organização não governamental, de ambiente, que nasceu em 1948, numa altura em que a democracia não existia, a liberdade de expressão e associativismo também não existia, e em que fizemos o nosso percurso até aos dias de hoje. E o tema da nossa contribuição para este debate, intitula-se: “Abril, a Terra, a Democracia e o Modelo de Sustentabilidade”.

Abril contém fecundos desafios éticos ligados ao nosso destino enquanto cidadãos no mundo, na escolha das opções que servem os melhores interesses, tanto dos nossos como dos outros e na relação entre as pessoas e com a Terra.

Aprender a cooperar com qualquer um, justiça social e com a natureza, conservação, para o mútuo bem-estar de todos parece definitivo e imperativo da sustentabilidade da espécie humana. Neste sentido a *Liga de Protecção da Natureza* que, já em 1949, identificava o problema da protecção da natureza como um problema de educação, num quadro de progresso de civilização, apresenta uma sintética análise dos dividendos nacionais da revolução de Abril, neste ano em que se comemoram também os 30 anos.

Em primeiro lugar, o que é que o 25 de Abril nos trouxe em termos de sustentabilidade e ambiente? A Constituição de 2 de Abril de 76, estabelece pela primeira vez o direito fundamental ao ambiente. Até então, a *Liga de Protecção para o Ambiente* era uma das poucas associações ambientalistas institucionalizada e activa que desenvolvia acções de conservação da natureza e tentava formas de educação ambiental, participação e envolvimento do público.

Foi a Revolução de Abril, a democracia e a constituição de 76 que fizeram surgir diversas outras associações ambientalistas. A intervenção mais alargada nas questões do ambiente surge a partir de meados dos anos 80 e em especial após 1987, com a publicação da Lei de Bases do Ambiente e da lei das associações de defesa do ambiente, que estabeleceram princípios fundamentais e constituíram um efectivo apelo à sensibilização pública, à educação ambiental, à participação dos cidadãos no processo de decisão e à intervenção de cidadãos e de organizações de cidadãos nas políticas de ambiente.

Nasceram os regimes da reserva agrícola nacional e da reserva ecológica nacional, instrumentos fundamentais que visam assegurar a manutenção dos ecossistemas e o ordenamento do território. Foram criadas áreas protegidas, estabelecida a rede Natura2000, essenciais para a manutenção da biodiversidade e manutenção dos espaços da identidade e da riqueza nacional conservando o contentor de biodiversidade por excelência que Portugal representa ao nível nacional e mundial.

Esses instrumentos têm permitido a manutenção em território nacional de um capital que infelizmente os poderes públicos não têm sabido professor. No presente e passado recente procura-se mesmo dilapidar tais espaços, imputando à reserva ecológica nacional, à reserva agrícola nacional, à rede Natura2000 e às áreas protegidas, através de raciocínio maliciosos, a responsabilidade pelos reduzidos níveis de desenvolvimento de algumas regiões do país.

Por falta de intervenção atempada outros países gastam verbas avolumadas em recuperação de ecossistemas e na recuperação de áreas degradadas. Mesmo em Portugal, assistimos já a uma afectação considerável dos dinheiros públicos à recuperação dessas zonas de litoral, degradadas pelas intervenções urbanísticas insustentáveis, para que em devido tempo se chamou a atenção.

O que é que estes 30 anos ainda não nos permitiram? Dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável para Portugal. O que é que vai acontecer a uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, e respectivo programa de implementação que começaram coxos? Que é feito da anunciada estratégia nacional de educação ambiental para a sustentabilidade? Haverá se quer algum plano ou projecto nacional estruturado de educação ambiental assumidos pelas tutelas do Ambiente e da Educação? Que participação pública e que efectivo envolvimento dos cidadãos foram considerados na elaboração destes documentos? Que é feito do programa nacional sobre política do ordenamento do território, instrumento fundamental para assegurar a correcta gestão do território? Que é feito da estratégia nacional de conservação da natureza e diversidade biológica?

Um segundo ponto, o efectivo e conseqüente envolvimento dos cidadãos na definição e implementação de políticas publicas de ambiente e a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável. Na realidade não existe de facto participação pública em Portugal mas apenas mera consulta de cidadãos e tantas vezes inconseqüente.

30 anos volvidos sobre a revolução do 25 de Abril e tendo presente o carácter prospectivo deste congresso, a *Liga para a Protecção da Natureza* aproveita a oportunidade para apelar aos seguintes aspectos que considera fundamentais. Primeiro ponto: a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para Portugal que assegure a manutenção da biodiversidade, o ordenamento do território, o desenvolvimento económico e social, e a qualidade de vida das populações. Segundo ponto: a definição de uma estratégia nacional de educação para o desenvolvimento sustentável, que inclua instrumentos, mecanismos de aplicação, métodos devidamente exequíveis e recursos aplicáveis e avaliados. E que promova uma cidadania ambiental enquanto componente fundamental da cidadania activa. Terceiro ponto: desenvolvimento de mecanismos de participação dos cidadãos e das suas organizações, na definição e aplicação de políticas públicas de ambiente, visando uma crescente co-responsabilização essencial para um desenvolvimento sustentável nas suas vertentes económicas, social e ambiental. Quarto ponto: o reconhecimento expresso e inequívoco pelos poderes públicos da riqueza que representa para Portugal a diversidade biológica e a garantia que será assegurada a sua conservação e criados os mecanismos que permitam um desenvolvimento sustentável das áreas

protegidas enquanto pólos de privilegiados de desenvolvimento social e da manutenção da identidade nacional.

Por último, o desafio do modelo de desenvolvimento sustentável adequado e adaptado ao contexto nacional, valorizando as potencialidades e tirando partido das mais valias próprias da nossa identidade.

Este é o nosso contributo num momento em que também ficamos bastante satisfeitos porque também no plano europeu, foi recentemente declarado pelo Conselho da Europa, 2005 como o Ano Europeu para a Cidadania pela Educação, e nós consideramos que essa é a base de qualquer participação efectiva dos cidadãos.

E isso na história da nossa associação foi demonstrado muito precocemente em 1949 quando o então presidente da *Liga da Protecção do Ambiente*, o professor Baeta das Neves, apelava ao Ministério da Educação da altura, para que fosse dirigido a todos os professores do país, uma circular apelando para a questão fundamental da conservação dos valores naturais. E dizia-se naquela altura que eram entendidos a educação e a conservação dos nossos valores naturais como base de um processo civilizacional. Infelizmente, os últimos tempos têm-nos mostrado o contrário. Todo um retrocesso que tem vindo a ser perpetrado com a extinção de organismos públicos que tinham responsabilidades directas nesta matéria, um menor acarinhamento dos múltiplos agentes que ainda teimosamente têm vindo a continuar esta dinâmica da educação ambiental.

Esperemos que melhores tempos venham. Este foi o nosso contributo com muita honra por podermos estar aqui a transmitir não só a nossa reflexão, mas também os nossos desejos em relação a um futuro país, para que nós saibamos enquanto país respeitar e interpretar que através da essência dos nossos recursos naturais que também se afirma a nossa identidade e se afirma em termos de competitividade perante o mundo.

Muito obrigado.